

Direito Constitucional

113

Questões

Comentadas

EC

EXPRESSO CONCURSO

Direito Constitucional

EXERCÍCIOS COM COMENTÁRIO.....PÁG 01 a 63

EXERCÍCIOS SEM COMENTÁRIO.....PÁG 64 a 99

EXPRESSO CONCURSO

Dos Princípios Fundamentais

01. O artigo constitucional que assevera que São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, trata de norma de

- a) eficácia plena.
- b) eficácia contida.
- c) eficácia limitada.
- d) princípio institutivo.
- e) princípio programática.

Comentários: **Gabarito letra A**

Essa norma, que consagra o princípio da separação de poderes, é típica norma de eficácia plena.

02. Com respeito ao modelo constitucional brasileiro, é correto afirmar:

- a) Normas constitucionais de eficácia limitada podem, apenas, ser restringidas por leis ou atos normativos.
- b) Normas de eficácia plena são as que determinam a criação de novas instituições públicas.
- c) Normas programáticas são aquelas cujo conteúdo remete-se a direitos fundamentais de primeira dimensão.
- d) Normas constitucionais de eficácia contida são de aplicabilidade direta e imediata, podendo ser restringidas por norma ulterior.
- e) Políticas públicas são normatizadas por normas de eficácia contida.

Comentários: **Gabarito letra D**

Letra A: errada. As normas de eficácia contida é que podem ser restringidas (por lei, por outra norma constitucional ou, ainda, por conceitos ético-jurídicos indeterminados).

Letra B: errada. Normas de eficácia plena são aquelas que já estão aptas, desde a promulgação da Constituição, a produzir todos os seus efeitos. Não podem ser restringidas.

Letra C: errada. As normas programáticas são aquelas que traçam diretrizes para o futuro.

Letra D: correta. É exatamente isso. As normas de eficácia contida são restringíveis. Todavia, já produzem todos os seus efeitos desde a promulgação da Constituição, independentemente de regulamentação.

Letra E: errada. As normas constitucionais que estabelecem diretrizes para as políticas públicas são normas de eficácia limitada.

03. No que diz respeito à eficácia das normas constitucionais, assinale a opção correta.

- a) Há hierarquia entre normas constitucionais.
- b) As normas de eficácia plena admitem lei infraconstitucional que lhes restrinja o conteúdo.
- c) Considera-se norma de eficácia restringível aquela que tem aplicabilidade direta e integral.
- d) É de eficácia limitada de princípio programático, o art. 12, I, da Constituição Federal que qualifica como “os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço do seu país.”
- e) Tem-se como exemplo de norma de eficácia limitada de princípio institutivo aquela que trata da contratação excepcional do servidor (art. 37, IX, da CF).

Comentários: **Gabarito letra E**

Letra A: errada. Não existe hierarquia entre normas constitucionais.

Letra B: errada.

Letra C: errada. Normas de eficácia restringível possuem aplicabilidade direta e integral.

Letra D: errada.

Letra E: correta. É necessária conhecer o conteúdo da norma para que se possa entender a

“IX - a lei estabelece as condições e formas de contratação das carreiras de ingresso, tendo em vista a necessidade de atender a

Como é possível perceber, esse dispositivo é típica **norma de eficácia limitada**. Ele depende de lei regulamentadora para que possa produzir todos os seus efeitos.

04. José Afonso da Silva classifica as normas constitucionais, quanto à aplicabilidade, em três espécies: normas de eficácia plena, contida e limitada. O artigo 93, inciso IX, da Carta Magna aduz que “todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença,

Direitos e Deveres Individuais e Coletivos

35. Com base na Constituição Federal, acerca dos direitos e garantias fundamentais, assinale a alternativa correta.

- a) Aplicam-se somente a cidadãos maiores de 18 anos de idade ou aos emancipados por decisão judicial transitada em julgado.
- b) São garantidos somente aos brasileiros que estiverem no pleno gozo dos respectivos direitos políticos.
- c) Não são garantidos aos presidiários que sofreram condenação criminal.
- d) São garantidos a todos os brasileiros e estrangeiros residentes no País.
- e) Podem ser suspensos por ato do Poder Executivo federal.

Comentários: **Gabarito letra D**

O “caput” do art. 5º da Constituição garante que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos **brasileiros e aos estrangeiros residentes no País** a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”.

36. Sobre as garantias fundamentais previstas na Constituição Federal, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos da Constituição.
- b) Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei.
- c) É livre a manifestação do pensamento, inclusive no anonimato.
- d) É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e suas liturgias.

Comentários: **Gabarito letra C**

Letra A: correta. É o que prevê o inciso I do art. 5º da CF/88.

Letra B: correta. É o que determina o **princípio da legalidade**, previsto no art. 5º, II, da Constituição.

Letra C: errada. O inciso IV do art. 5º da Carta Magna determina que “ é livre a manifestação do pensamento, sendo **vedado** o anonimato”.

ART 144

105. Incumbem às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, nos termos da Constituição Federal:

a) ressalvada a competência dos Municípios, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, inclusive as militares.

b) ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, inclusive as militares.

c) ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

d) ressalvada a competência dos Municípios, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, inclusive as militares.

e) ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

Comentário

Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, nos termos da Constituição Federal, compete a polícia judiciária e a apuração das infrações penais, **exceto** as militares. (art. 144, § 4º, CF/88)

106. O policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública são atribuições constitucionais da Polícia:

a) Civil.

b) Militar.

c) Federal.

d) Municipal.

e) Rodoviária.

Comentário

A polícia ostensiva e a preservação da ordem pública são atribuições constitucionais da Polícia Civil (art. 144, § 5º, CF).

Direito Constitucional

113

Questões

sem ***Comentários***

EC

EXPRESSO CONCURSO

Dos Princípios Fundamentais

01. O artigo constitucional que assevera que São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, trata de norma de

- a) eficácia plena.
- b) eficácia contida.
- c) eficácia limitada.
- d) princípio institutivo.
- e) princípio programática.

02. Com respeito ao modelo constitucional brasileiro, é correto afirmar:

- a) Normas constitucionais de eficácia limitada podem, apenas, ser restringidas por leis ou atos normativos.
- b) Normas de eficácia plena são as que determinam a criação de novas instituições públicas.
- c) Normas programáticas são aquelas cujo conteúdo remete-se a direitos fundamentais de primeira dimensão.
- d) Normas constitucionais de eficácia contida são de aplicabilidade direta e imediata, podendo ser restringidas por norma ulterior.
- e) Políticas públicas são normatizadas por normas de eficácia contida.

03. No que diz respeito à eficácia das normas constitucionais, assinale a opção correta.

- a) Há hierarquia entre normas constitucionais.
- b) As normas de eficácia plena admitem lei infraconstitucional que lhes restrinja o conteúdo.
- c) Considera-se norma de eficácia restringível aquela que tem aplicabilidade direta e integral.
- d) É de eficácia limitada de princípio programático, o art. 12, I, da Constituição Federal que qualifica como “os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço do seu país.”
- e) Tem-se como exemplo de norma de eficácia limitada de princípio institutivo aquela que trata da contratação excepcional do servidor (art. 37, IX, da CF).

Instagram: @expresso_concurso

92. Por determinação constitucional, são gratuitas as ações de:

- a) Mandado de segurança e habeas corpus.
- b) Mandado de segurança e habeas data.
- c) Habeas corpus e habeas data.
- d) Mandado de segurança individual e coletivo.
- e) Habeas data e mandado de segurança coletivo.

93. A ação popular pode ser ajuizada objetivando discutir:

- a) Atos tipicamente legislativos.
- b) Atos tipicamente jurisdicionais.
- c) O mérito dos atos administrativos.
- d) Ato lesivo à moralidade administrativa.
- e) Questões interna corporis do Poder Legislativo.

94. Suponha-se que determinada autoridade administrativa nega-se a fornecer certidão requerida por particular, que dela necessita para defender um direito seu.

Nesse caso, o remédio constitucional cabível é:

- a) Mandado de segurança.
- b) Mandado de injunção.
- c) Habeas Data.
- d) Ação civil pública.
- e) Ação popular.

95. Considerando a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, assinale a alternativa que **NÃO** representa um remédio constitucional.

- a) Direito de petição.
- b) Mandado de injunção.
- c) Ação popular.
- d) Princípio da dignidade da pessoa humana.
- e) Direito à certidão.

41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
5									0
6									0
7									0
8									0
9									0
10									0
11									0

EXPRESSO CONCURSO